

**MARX, A QUESTÃO AMBIENTAL E O CAPITALISMO NO SÉCULO XXI: OS DESAFIOS
DA CLASSE TRABALHADORA**

**MARX, LA CUESTIÓN AMBIENTAL Y EL CAPITALISMO EN EL SIGLO XXI: LOS
DESAFÍOS DE LA CLASE TRABAJADORA**

**MARX, THE ENVIRONMENTAL QUESTION AND CAPITALISM IN THE 21TH
CENTURY: THE STRUGGLES OF THE WORKING CLASS**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.46404>

Ademar Bogo¹

A Revista Germinal, no segundo número de 2021, abre o debate sobre o “Marxismo e a questão ambiental” com a entrevista de Ademar Bogo. Instigante e provocativo, o convidado discute as relações entre ser humano e natureza em Marx; as contradições estruturais do capital, suas imbricações com a crise ambiental e a organização da classe trabalhadora; as revoluções socialistas do século XX e os impasses ambientais impostos pelo capitalismo; a ofensiva do agronegócio, o negacionismo, a ciência e os desafios à reprodução da vida humana na atualidade.

Ademar Bogo é doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia, tem formação em Psicanálise pela Escola Freudiana de Vitória (ACAP) e atua como docente na Faculdade do Sul da Bahia (FASB), no curso de graduação em Direito. Bogo também é agricultor, poeta e possui importantes publicações no campo marxista. Destacam-se aqui as obras mais recentes: **Moral da História** (Appris, 2020), **Marx e a superação do Estado** (Expressão popular, 2018), **A linguagem das mercadorias em Marx** (Consequência, 2015) e **Organização política e política de quadros** (Expressão popular, 2011), além da série **Teoria da organização política**, publicada em quatro volumes (Expressão popular, 2013, 2008, 2006 e 2005).

Nas páginas que seguem, Ademar Bogo localiza a teoria e a prática social de Marx na produção epistemológica sobre a questão ambiental e se posiciona a respeito da realidade brasileira. Sem furtar-se dos temas polêmicos e conjunturais, destaca a política de conciliação de classes do campo democrático popular, o golpe de 2016 e o avanço da direita e do agronegócio na destruição da vida humana, além de

apontar a necessidade da organização revolucionária da classe trabalhadora para superar a barbárie capitalista no século XXI.

Bem-vindes ao debate!

Germinal: Na sua visão, em quais elementos da prática política e da obra de Marx podemos encontrar aportes para pensar a questão ambiental no processo de compreensão e superação do capitalismo? Como você avalia a contribuição de Marx nesse debate sobre a questão ambiental?

Ademar Bogo: A contribuição de Marx na questão ambiental não é pontual. Esse problema não havia ainda sido posto pela humanidade como o é no tempo presente. Isso porque, no século XIX, a natureza em geral gozava de supremacia e a sua devastação não era vista como parte da decadência civilizatória, ao contrário, era vista como uma mediação para se chegar à riqueza, por isso a preocupação recaía sobre a exploração humana. No século XXI a devastação e a exploração alcançaram níveis semelhantes e o desrespeito à vida e à dignidade tornaram-se valores das imoralidades do capital precursor da valorização do valor.

O agravamento da crise ambiental começou a ser sentido no final do século XX. Isso se deve ao avanço das leis tendenciais do capital descritas por Marx, situadas na produção, exploração e expansão do capital. A necessidade deste, de ir a todos os lugares da terra, é o reconhecimento da promoção de todas as formas de crises e, na reunião das mesmas, temos a confirmação da decadência do próprio capitalismo. Em síntese, a teoria e a prática social de Marx estão colocadas na direção da luta pela superação do capitalismo como um todo. Inverter esse entendimento é transformar as mediações ambientais e agroecológicas em crenças revigorantes das ilusões utópicas desligadas das transformações estruturais.

Nesse sentido, do ponto de vista histórico, Marx nos apresentou no livro **O capital**, o entendimento de que há um processo crescente de rupturas das relações entre homem e natureza. De parte constitutiva e harmônica tornamo-nos inimigos do todo constituído, sendo que o marco divisório dessa inimizade considerado antagonístico é irreversível na organização do modo de produção capitalista. Nas sociedades pré-capitalistas a presença da riqueza afirmava-se como valor de uso, depois disso a riqueza passou a ser coisa realizada sobre coisas e, essas somente podem vir da violência praticada contra a natureza com o objetivo de realizar o valor de troca. Na primeira relação, o ser humano aparece como finalidade da produção, na segunda, a produção aparece como finalidade do ser humano e, a riqueza, como finalidade da produção.

Ao revelar essa constituição estrutural do capitalismo, Marx indicou também o caminho que nos leva a formular as respostas para todos os dilemas sociais. Para tanto é preciso superar o capitalismo e em seu lugar instituir o socialismo.

G.: A classe trabalhadora foi capaz de produzir revoluções que alteraram radicalmente o quadro socioeconômico em muitas partes do mundo. A experiência da URSS, a Revolução Chinesa, Cubana, Vietnamita e as diversas lutas anticoloniais em África (com diferentes proximidades com a perspectiva socialista) demonstraram e ainda demonstram as possibilidades e desafios dos projetos societários que assumem o caminho de enfrentamento ao capitalismo. Cada uma dessas experiências, tanto aquelas que deixaram de existir, como àquelas que ainda persistem, possuem especificidades sobre o tema, mas suscitam algumas indagações em comum: a luta da classe trabalhadora é capaz de encontrar saídas para os impasses ambientais que o capitalismo impôs ao conjunto da humanidade? As revoluções mencionadas trouxeram respostas concretas em oposição à perspectiva da destruição ambiental produzida pelo capital?

A. B.: Não consideramos que sejam “impasses ambientais”; são parte das contradições estruturais do capitalismo. A classe trabalhadora aliada às massas populares pode superar tais contradições na medida em que enfrentar a classe dominante destituindo-a de todas as mediações que lhes garante o poder. Do contrário, insistindo apenas em lutas reivindicatórias, por mais vitórias pontuais alcançadas, mais legitima a ordem dominante e prolonga a agonia da humanidade.

Para os trabalhadores, assim como para a humanidade em geral, não há outra saída sem a superação do capitalismo. As revoluções socialistas vitoriosas já indicaram que não basta tomar o poder econômico sem desfazer a superestrutura de dominação e coerção. Sem a superação do modo de produção vigente, que sustenta a estrutura da exploração de classe, a dominação social e da natureza, mesmo alcançando algum grau de emancipação, estaremos a serviço dessa ordem competitiva e destrutiva.

Por outro lado, iniciativas de vigor ainda mais rebaixado, como por exemplo, as vitórias eleitorais na democracia representativa burguesa, que ilusoriamente levam a acreditar que é possível inserir-se no interior do Estado capitalista e utilizá-lo para alcançar os objetivos da classe trabalhadora, é um verdadeiro desserviço à revolução socialista. Como fazer isto se o Estado foi criado para garantir o funcionamento do modo de produção capitalista? Algumas melhorias sociais proporcionadas pelas reformas progressistas são possíveis, mas nem sempre se faz necessária a presença dos trabalhadores no governo para realizá-las. As vitórias eleitorais no capitalismo que obrigam a defender o Estado de direito e a governabilidade só podem contribuir para garantir a ordem e garantir o progresso do capital.

Os trabalhadores somente poderão contribuir para a superação dos impasses e contradições estruturais se acreditarem que a base da dominação capitalista está situada nas formas de produção da riqueza. Na medida em que for impedido o funcionamento do mercado, a compra e venda da força de trabalho, começa-se a entender que o processo de produção muda a finalidade. A supremacia do valor de uso sobre o valor de troca passará a ordenar as relações sociais e a desmontar as estruturas de dominação.

As revoluções de orientação socialista realizadas no século passado cumpriram diferentes funções, sem, contudo, alcançarem a hegemonia sobre o capitalismo. Por essa razão, não se desvencilharam

totalmente da produção de valores de troca e nem reduziram a importância do Estado modelado pelo capitalismo, o utilizaram para sustentar a coerção e a dominação social, impedindo assim que a democracia socialista de tipo proletário se estabelecesse.

Da mesma forma que a humanidade, antes da Revolução Francesa, não havia colocado a preocupação ambiental para o capitalismo, também não colocara para as revoluções socialistas. Na medida em que surge na atualidade a obrigação das economias crescerem, se possível a 10% ao ano, produzindo mercadorias, com a importação de matéria prima, extraídas ou produzidas em áreas extensivas, nos lugares mais recônditos da terra, como faz a China, longe estarão os países envolvidos em um novo formato de “guerra fria” de passarem a ter preocupação com a preservação ambiental. Isso porque a vontade presente no fenômeno da polarização econômica aponta para a tendência de expandir ainda mais o capital e o mercado mundial.

G.: Pensando o contexto brasileiro, verifica-se que o agronegócio, como expressão do capital no campo, investe milhões em propaganda nas grandes empresas de mídias para associar sua imagem a um negócio “ambientalmente sustentável”. Ao mesmo tempo, ele atua com forte *lobby* no Congresso Nacional e nas agências reguladoras pela liberação de mais agrotóxicos, colocando o Brasil na dianteira do uso intensivo de “defensivos” banidos pela maioria dos países do mundo. Como você avalia o impacto desse projeto do capital para a reprodução da vida no campo e nas cidades brasileiras? Como as organizações da classe trabalhadora têm enfrentado essa questão?

A. B.: O Brasil no cenário mundial, desde 1800, quando o capitalismo adotou o liberalismo como modelo econômico e, depois, mesmo as economias tendo se modificado, aqui a vocação agroexportadora permaneceu ileisa. Historicamente, sem precisar discutir e resolver a questão agrária, preservou-se o latifúndio, que serviu de base estrutural para expandir o agronegócio. Este, com apoio institucional dos governos deste século, além da despovoação do território pela concentração ainda maior da terra, pôde alcançar o topo da modernização do processo produtivo de mercadorias, e o fez combinando três fatores: tecnológico, jurídico e ideológico.

Os avanços tecnológicos, incluindo a mecânica, mudanças genéticas das sementes e a aprovação do uso criminoso das variedades de agrotóxicos, necessitaram de um arcabouço jurídico que legalizou os crimes ambientais e, para legitimar moralmente a destruição, foi pensado um pesado investimento em propaganda para falsear a verdade dos fatos.

Esse fenômeno mostra que os capitalistas também aprendem e superaram a rejeição do final do século passado quando a União Democrática Ruralista (UDR) assassinava e massacrava os trabalhadores sem ordem de despejo. Eles perceberam que os camponeses Sem Terra, com suas mobilizações esteticamente organizadas, ganhavam a simpatia social e, para além de elevarem a luta de classes a um novo patamar, ajudavam a eleger outra concepção política, inicialmente alheia aos seus interesses que, por

dois erros não foi sustentada. O primeiro, por covardia dos governantes petistas que, ao invés de enfrentarem o latifúndio ofereceram incentivos para que o agronegócio avançasse na devastação da natureza. O segundo, pelos movimentos, principalmente o MST, não ter se estendido para o meio urbano em busca de criar uma organização política, com o objetivo de provocar a insurreição social para ir além da acomodação proposta pelas forças políticas. Quem tentou dar este salto foi o PSOL, mas, sem a força das massas caiu na vala da institucionalidade, tornando-se também uma força conservadora.

O grande recuo, proporcionado por esses dois erros históricos, abriu espaço para a propaganda que leva imaginariamente os próprios despossuídos ao “agroparaíso”, invertendo a ordem do entendimento. Ao invés de motivar os milhões de famílias sem-terra a querê-lo para si, causa o efeito apenas de admiração. Isso porque além do convencimento de que estejam onde estiverem, todos os cidadãos têm acesso aos produtos do agro, desde os cereais, carne, madeira, borracha, remédio e até o petróleo, basta esperar. Do lado oposto encontra-se a barreira das leis e a autorização política para matar quem porventura se atrever a negar a propriedade privada da terra.

Esse favorecimento político ao capital, da mesma forma que contribuiu para os operários perderem a batalha contra os avanços tecnológicos na indústria, os camponeses também, sem a força das massas, viram as formas de luta tradicionais perderem a eficiência. Aproveitando-se disso, os capitalistas reposicionaram as suas forças e, gradativamente até chegar ao governo atual, para além das medidas jurídicas, foram limitados os recursos, encerradas as políticas públicas e, com a autorização para a qualificação militar das forças de defesa do latifúndio, a violência, embora não denunciada, faz parte do “tudo é agro”.

G.: Recentemente, um grupo intitulado “Mães e Pais do Agro” criou o movimento “De olho no material escolar”, apoiado pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), com o objetivo de influenciar os conteúdos dos materiais didáticos usados nas escolas públicas e privadas. Em dezembro de 2020, este grupo se reuniu com o Ministério da Educação (MEC) para articular a participação de representantes do agronegócio em comissão que avalia livros e apostilas escolares. Como você analisa esta ofensiva do agronegócio na educação? Como fazer frente a isso? Quais são os desafios que esta ofensiva impõe à educação do campo?

A. B.: Em primeiro lugar é preciso ter claro que a política mudou os seus agentes, mas continua o mesmo Estado e, em parte, o mesmo regime, mas as forças que ditam as medidas políticas em ascensão são outras. O bloco formado para governar reuniu-se sob a égide do totalitarismo e foi impulsionado pelo golpe institucional desferido em 2016, contra um governo quase indefensável.

O golpe, propriamente, insuflado e garantido pelas Forças Armadas que, de imediato colocaram um general tutor no Supremo Tribunal Federal e outro como Ministro-Chefe do Gabinete Institucional. De lá para cá, mesmo com a eleição desastrosa de 2018, vêm implantando o regime autoritário

gradativamente como o fizera a ditadura militar na década de 1960, que editou Atos Institucionais até 1969. Hoje, o regime não fecha mais do que está porque não há necessidade para isso. Não há ameaça de insurreição social e nem tampouco luta armada organizada contra a ordem. Aliás, a ordem se estiver sendo ameaçada é pelo próprio presidente da República, quando libera a compra de armas, incentiva a formação de milícias e a rebeldia das polícias militares. A única questão em aberto é se haverá eleições em 2022 e, se houver, se o vitorioso, não sendo alguém deles, assumirá o governo. Nesse sentido, as forças de esquerda estarão profundamente equivocadas se acreditarem que uma simples vitória eleitoral porá fim à reação das forças sanguinárias da direita.

Nessa conjuntura, a ingerência do agronegócio na “Educação do campo” faz parte da mesma concepção de dominação e combate ao que passaram a denominar de “ideologia de esquerda”. Mas só o fazem porque antes alcançaram a hegemonia do poder econômico no campo. Na verdade, fazem uso da ideologia para obscurecerem a verdade. Essa tentativa está em andamento também nos diversos níveis de educação urbana com a ofensiva contra a liberdade de cátedra; o corte das verbas universitárias; a tentativa da implantação do modelo de “Escola sem partido” com a ideologia da direita. O objetivo é atuar com todos os meios – redes sociais, escolas e seitas religiosas – para eliminar o pensamento crítico contra a conscientização por meio da educação.

A enganação ideológica torna-se o pilar salvador que passa pela despolitização e desorganização social; pela expansão das seitas religiosas; controle dos meios de comunicação e da educação. Por isso, o alto índice de mentiras enviadas cotidianamente pelas redes sociais busca criar aversão à ciência e ao comunismo, as duas possibilidades reais de enfrentar e desmascarar o negacionismo e todas as suas pretensões.

G.: O negacionismo do governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19 não é novidade quando tratamos dos problemas ambientais na sociedade capitalista. Nesse sentido, reafirmar a importância da ciência tem sido uma bandeira levantada por sindicatos, movimentos sociais, populares e de juventude no enfrentamento aos “senhores do capital”. Entretanto, a produção de conhecimento científico e sua socialização não podem ser compreendidas fora das determinações da lógica de uma sociedade em que as classes dominantes colocam a geração de mais-valor acima da vida. Em que medida as ciências, em especial aquelas que se dedicam a tratar da questão ambiental, têm sido impactadas pela lógica privatista imposta às instituições de pesquisa e universidades brasileiras? Há meios para superar essa lógica e buscar respostas que atendam a reprodução da vida humana e não do capital? Como você avalia as experiências de enfrentamento a essa situação pelos trabalhadores e trabalhadoras na atualidade?

A. B.: O conhecimento científico nas últimas décadas passou a ser basicamente conhecimento técnico a serviço das empresas concentradoras do capital. Nesse sentido, as pesquisas voltadas para os dilemas da

humanidade perderam o incentivo e a motivação. A mudança da concepção dialética centrada nas contradições para a visão de paradigmas fixos significa abandono das categorias vitais à compreensão da realidade, com a totalidade, a mediação e a contradição.

O negacionismo, além de ser uma ideologia que se propaga por meio de formulações mentirosas, é parte do projeto político reificador que coisifica não apenas os objetos de consumo, mas os próprios consumidores perdedores das noções cooperativas, críticas e solidárias.

A única maneira de impedir a reprodução do capital é superando o capitalismo. As tentativas de controlar apenas os governos têm levado à inversão das funções: enquanto as forças de esquerda acostumaram-se a lutar para manter a ordem, as forças de direita lutam para rompê-la. Isso tornou-se tão perverso para as gerações futuras, induzidas pelas práticas do presente, a acreditarem no capital, no Estado, na democracia representativa e no mercado para a força de trabalho.

Desse modo, as tentativas de reação de parte dos trabalhadores esbarram sempre no conservadorismo reivindicatório. Reivindicar aumento de salário aos patrões e aos governos é o sinal mais evidente de declaração de submissão do escravo ao senhor e, para que exista o pagador, é preciso respeito e obediência do recebedor e, além disso, torcer para que ele seja cada vez mais eficiente.

Enquanto não tivermos a organização partidária que proponha como meta insurreição e o socialismo, para que, mesmo lutando por aumento de salário, saibamos que não é o suficiente, ficaremos nas lutas isoladas, disputando eleições, iludidos que o Estado intacto e a ordem preservada nos tornarão livres. Enquanto isso, na realidade a humanidade afunda-se na barbárie. É hora, portanto, de ver a política como conflito e não mais como conciliação.

Notas

¹ Doutor e mestre em Filosofia pela UFBA. Integrante dos grupos de pesquisas: Marx no século XXI (UFBA) e Grupo de estudos sobre dinheiro mundial e financeirização (UFES). Docente da Faculdade do Sul da Bahia (Fasb). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8026746492417233>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6864-7113>. E-mail: ademarbogo57@gmail.com.

Recebido em: 20 de junho de 2021

Aprovado em: 30 de junho de 2021